



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo n.º 1.473/2026

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. ÁREA REQUISITANTE

ÓRGÃO REQUISITANTE	RESPONSÁVEL	DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA
Secretaria de Administração	Liciele Albanio	P.A.: 1.380/2026 SSM: 105
Secretaria de Agricultura e Pecuária	Jonilson Antonio Araujo	P.A.: 1.225/2026 SSM: 107
Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família	Thaína Matos de Souza	P.A.: 1.336/2026 SSM: 121
Secretaria de Educação	Rafael Morgentale Disconzi	P.A.: 1.381/2026 SSM: 127
Secretaria de Esporte e Lazer	José Carlos Aparecido Modesto	P.A.: 1.201/2026 SSM: 104
Secretaria de Cultura	Marcos Roberto Barboza de Paula	P.A.: 1.326/2026 SSM: 119
Secretaria de Saúde	Sandra dos Santos	P.A.: 1.343/2026 SSM: 122
Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente	Charles Eloi Echer	P.A.: 1.266/2026 SSM: 110
Secretaria de Viação e Serviços Públicos	Ricardo Ignez Dallarosa	P.A.: 1.296/2026 SSM: 112 P.A.: 1.297/2026 SSM: 113

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ
Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - CEP 85.140-000 - Cx. Postal 041
Fone: (42) 3638-8000 - E-mail: prefeitura@candoi.pr.gov.br



A Administração Municipal, por meio de suas Secretarias, departamentos e setores vinculados tais como o Bombeiro Comunitário de Candói, Unidades Básicas e Postos de Saúde, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), Escolas Municipais, Ginásio de Esportes, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Casa Lar, Almoxarifado, Paço Municipal, Rodoviária, Pátio de Estacionamento, Arquivo Morto, bem como os Departamentos de Recursos Humanos, Contabilidade, Tributação, Licitação, entre diversos outros realiza diariamente inúmeras atividades voltadas ao atendimento da população do Município de Candói, utilizando para tanto uma ampla estrutura composta por edifícios públicos, prédios administrativos, instalações operacionais e demais construções pertencentes ao patrimônio público municipal.

Diante da diversidade e da grande circulação de pessoas nesses locais, bem como da natureza de algumas atividades desenvolvidas, tais edificações encontram-se constantemente sujeitas à proliferação de vetores, pragas urbanas e animais sinantrópicos, tais como pombos, morcegos, baratas, cupins, formigas, mosquitos, aracnídeos, insetos diversos, quilópodes, diplópodes, ratos, entre outros organismos que podem representar risco à saúde pública e à integridade das instalações.

A ausência ou insuficiência de medidas preventivas e corretivas de controle dessas pragas pode resultar em sérias consequências sanitárias, estruturais e administrativas. Entre os riscos potenciais, destacam-se infestações em locais que manipulam, armazenam ou fornecem alimentos, como escolas municipais, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Casa Lar e demais unidades que realizam atividades de preparo ou distribuição de alimentação. Nessas situações, a presença de pragas pode ocasionar contaminação de alimentos, transmissão de doenças e comprometimento das condições adequadas de higiene e segurança alimentar.

Além disso, a ocorrência de vetores e pragas em estabelecimentos públicos de saúde, como Unidades Básicas de Saúde ou postos de atendimento, pode configurar descumprimento de normas sanitárias e regulamentos de vigilância em saúde, o que pode acarretar sanções administrativas, aplicação de multas, responsabilização do ente público e, em casos mais graves, até mesmo a interdição temporária das instalações até que sejam sanadas as irregularidades.

Ressalta-se ainda que a presença desses agentes biológicos não representa apenas risco à saúde dos servidores públicos e da população atendida, mas também pode ocasionar prejuízos materiais relevantes, como danos a documentos arquivados, processos administrativos, mobiliário, equipamentos, instalações elétricas, estruturas prediais e demais bens patrimoniais pertencentes à Administração Municipal. Pragas como cupins e roedores, por exemplo, podem comprometer seriamente arquivos físicos, estruturas de madeira, cabeamentos e outros elementos essenciais ao funcionamento dos serviços públicos.

Nesse contexto, torna-se necessária a adoção de medidas sistemáticas e especializadas de controle, prevenção e manejo integrado de pragas urbanas e vetores, de forma a assegurar condições adequadas de higiene, salubridade e segurança nos ambientes utilizados pela Administração Pública Municipal.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Após a identificação da necessidade descrita no inciso III, procede-se à realização de levantamento de mercado, com o objetivo de identificar e analisar as alternativas disponíveis para suprir a demanda do Município. Tal levantamento considera as disposições da Lei nº 14.133/2021,

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ

Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - CEP 85.140-000 - Cx. Postal 041

Fone: (42) 3638-8000 - E-mail: prefeitura@candoi.pr.gov.br



bem como os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, de modo que a alternativa a ser escolhida apresente vantagens efetivas para a Administração Pública.

Para subsidiar a análise, foi realizada pesquisa junto a outros municípios, a fim de verificar quais modelos de contratação vêm sendo adotados para o atendimento de demandas semelhantes, identificando-se as opções utilizadas, suas características, bem como os pontos positivos e eventuais limitações de cada solução, de modo a permitir a escolha da alternativa mais adequada à realidade administrativa e operacional municipal.

Análise de contratações similares:

OBJETO	ENTE PÚBLICO	TIPO DE PROCESSO
Aquisição de serviço de dedetização para os prédios e caixas de água dos cmeis, escola 25 de julho e secretaria de educação.	Município de São Tomé - PR	Processo de Dispensa nº 01/2026
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dedetização, desratização, higienização e limpezas de reservatórios de água, em prédios e logradouros públicos - com fornecimento de mão obra, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços, conforme as normas técnicas vigentes e as orientações dos órgãos de Vigilância Sanitária e Ambiental.	Município de Flóripa – PR	Processo de Dispensa nº 50/2025
Constitui objeto deste à contratação de serviços de dedetização e limpeza de caixas de água a fim de atender as necessidades do departamento de saúde e de educação municipal.	Município de Moreira Sales – PR	Processo de Dispensa nº 142/2025

* Pesquisa realizada no site do Tribunal de Contas do Paraná (TCE), no Portal de Informações para Todos, disponível em: <https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/Relacon/Licitacao>

Contratações anteriores do município de Candói:

OBJETO	TIPO DE PROCESSO
Registro de preços de serviços de controle de vetores e pragas urbanas nos espaços públicos municipais	Pregão eletrônico 17/2025

* Link para consulta: <https://www.candoi.pr.gov.br/licitacao/>

Na pesquisa realizada, conforme demonstrado no quadro acima, constatou-se que, no ano de 2022, o Município de Candói adotou como solução para o controle de vetores e pragas urbanas a contratação de empresa especializada.



Adicionalmente, a análise comparativa realizada com outros entes municipais demonstrou que essa mesma estratégia administrativa tem sido amplamente utilizada por outras prefeituras, que igualmente optam pela terceirização do serviço mediante contratação de empresas especializadas. Tal prática decorre, principalmente, da necessidade de garantir maior eficiência técnica, utilização de produtos e equipamentos adequados, cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes, bem como a execução periódica e adequada das atividades de controle de pragas e vetores urbanos.

Dessa forma, verifica-se que a contratação de empresa especializada por meio de licitação constitui uma solução consolidada na administração pública, sendo adotada por diversos municípios como forma de assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços, reduzir riscos à saúde pública e promover melhores condições de higiene e salubridade nos prédios públicos e demais espaços sob responsabilidade do Poder Público.

Existe a possibilidade de a Administração Pública optar pela aquisição direta de equipamentos e insumos necessários ao controle de vetores e pragas urbanas, tais como iscas, ratoeiras, armadilhas e demais materiais específicos, bem como pela contratação ou designação de servidores para a execução direta desses serviços.

Entretanto, essa alternativa não se mostra vantajosa para a Administração Municipal no cenário atual. Isso porque o Município não dispõe, em seu quadro funcional, de profissionais com capacitação técnica específica para a execução adequada das atividades de controle de pragas urbanas, as quais exigem conhecimento técnico, manejo correto de produtos químicos, aplicação de métodos apropriados e observância às normas sanitárias e ambientais vigentes.

Além disso, a adoção dessa solução demandaria elevado investimento inicial para aquisição de equipamentos, insumos e materiais especializados, bem como a capacitação ou contratação de profissionais qualificados para a realização das atividades. Também seria necessária a estruturação de espaço físico apropriado para armazenamento seguro dos produtos e equipamentos, especialmente considerando que muitos dos insumos utilizados no controle de pragas possuem classificação química e exigem condições específicas de acondicionamento, transporte e manuseio.

Dessa forma, ao considerar os custos iniciais elevados, a necessidade de capacitação técnica contínua, a estrutura logística necessária e os requisitos legais relacionados ao manuseio de produtos utilizados no controle de pragas, a execução direta do serviço pela Administração tende a apresentar menor eficiência e maior custo operacional, tornando-se menos vantajosa quando comparada à contratação de empresa especializada, que já possui estrutura, equipamentos, insumos e profissionais habilitados para a adequada prestação do serviço.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após a análise das alternativas apresentadas nos incisos III e IV, conclui-se que a alternativa mais adequada para o atendimento da necessidade identificada é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização e controle de pragas urbanas para as Secretarias Municipais.

A adoção dessa solução possibilita diversos benefícios à Administração Pública, especialmente no que se refere à eliminação e controle de pragas urbanas, tais como baratas, formigas, ratos, cupins, mosquitos e outros vetores que podem causar danos estruturais aos prédios públicos, contaminação de alimentos e ambientes, além de representar riscos à saúde dos servidores e da população que utiliza os espaços públicos.

A empresa contratada deverá executar os serviços em conformidade com a legislação vigente, observando todas as normas ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho aplicáveis à



atividade, bem como demais disposições legais pertinentes à prestação de serviços de controle de pragas urbanas. Além disso, deverá garantir que os procedimentos realizados estejam em conformidade com as boas práticas técnicas do setor.

Os serviços deverão ser prestados com padrão adequado de qualidade, mediante a utilização de produtos regularizados nos órgãos competentes, equipamentos apropriados e materiais de boa qualidade, assegurando a eficiência das ações de controle de pragas. A empresa também deverá contar com profissionais devidamente capacitados e qualificados, responsáveis pela execução dos serviços, bem como garantir a utilização correta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por todos os trabalhadores envolvidos nas atividades.

Sempre que houver solicitação da Administração para a execução dos serviços, a empresa contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos, realizando o atendimento dentro do período acordado. Em caso de eventual impossibilidade ou imprevisto que possa ocasionar atraso na execução, a empresa deverá comunicar previamente o setor solicitante, apresentando justificativa plausível e informando nova previsão de atendimento.

A contratada também deverá disponibilizar canal de comunicação para contato, com no mínimo um número telefônico ou outro meio de atendimento que funcione durante o horário comercial, a fim de possibilitar o acionamento do serviço, esclarecimento de dúvidas ou comunicação de ocorrências relacionadas ao contrato.

Adicionalmente, quaisquer resíduos gerados durante a execução dos serviços, incluindo embalagens de produtos químicos, materiais contaminados ou outros resíduos decorrentes da atividade, deverão ser devidamente recolhidos e descartados pela empresa contratada, observando-se rigorosamente a legislação ambiental e sanitária aplicável, bem como as normas municipais, estaduais e federais pertinentes ao manejo e destinação final de resíduos.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada mostra-se a alternativa mais eficiente, segura e economicamente viável, garantindo a adequada manutenção das condições de higiene, salubridade e segurança nos ambientes utilizados pela Administração Pública Municipal.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A Contratada deve cumprir os requisitos de habilitação exigidos na Lei nº 14.133/2021; poderão participar todos os interessados que estejam regularmente constituídos como pessoas jurídicas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto ora pretendido

O fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade

É responsável por todas as despesas com o traslado, carregamento, transporte, descarregamento, entrega e montagem (quando necessário);

Fornecerá Garantia (nos casos que houver), contra eventuais novas infestações não combatidas pela prestação de serviços;

Deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos decorrentes da prestação dos serviços;

Deverá possuir em seu quadro funcional, profissionais com capacidade técnica compatível com o serviço de dedetização e controle de pragas a ser realizado

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ

Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - CEP 85.140-000 - Cx. Postal 041

Fone: (42) 3638-8000 - E-mail: prefeitura@candoi.pr.gov.br



Os procedimentos realizados deverão ter prazo de validade de 6 meses, no entanto, a empresa deverá reforçar os procedimentos acaso ocorra infestação durante o prazo de vigência.

A empresa vencedora responsável pela execução do serviço de limpeza das caixas d'água deverá emitir certificado de comprovação da realização do serviço, contendo a data de execução e o prazo de validade, devidamente assinado por responsável técnico habilitado.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Por se tratar de diferentes tipos de serviços como dedetização, desratização, colocação de iscas, e uso de equipamentos específicos de proteção para a eliminação de distintos tipos de vetores e pragas, a melhor forma de se estimar a quantidade necessária desses serviços é utilizando a metragem quadrada da área que deverá ser tratada.

Isso se justifica por não haver uma forma de mensurar os quantitativos exatos de cada tipo específico de serviço a ser realizado, a julgar pela dimensão das possibilidades de vetores e pragas que poderão ser encontrados durante a vigência da prestação dos serviços.

Assim, cada Secretaria fez o levantamento da área dos prédios que necessitam da prestação desses serviços, para que então fosse possível chegar na demanda total da Administração Municipal como um todo.

No que se refere à limpeza das caixas d'água, a demanda foi apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, abrangendo todas as caixas d'água das escolas e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da rede pública municipal.

Lote 1		
Descrição	Quantidade	Unidade
Serviço especializado em controle de vetores e pragas urbanas.	51.985,57	M²

Lote 2		
Descrição	Quantidade	Unidade
Limpezas de caixa de águas	23	Unidade

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para uma futura e eventual aquisição é de **R\$ 5.498,70 (cinco mil, quatrocentos e noventa e oito reais e setenta centavos)**.

No entanto, o valor indicado acima serve apenas como parâmetro para identificar o valor estimado da contratação, não servindo de preço de mercado. O levantamento será realizado posteriormente em obediência aos requisitos do art. 23, da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 250/2022 que regulamenta a matéria.

O valor por metro quadrado foi obtido a partir do Pregão nº 54/2025, realizado pelo município de Santa Cruz de Monte Castelo – PR, sendo adotado como referência o montante de R\$ 0,09 (nove centavos) por m². Após levantamento das unidades atendidas, foram identificadas 23 caixas d'água, cuja soma da capacidade total corresponde a 41.000 litros. Considerando o valor unitário obtido em pesquisa de mercado no montante de R\$ 0,02 (dois centavos) por litro para a realização da limpeza, estima-se o custo total de R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais) para execução do serviço.



9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

A solução mais adequada identificada consiste na divisão da contratação em dois lotes distintos: o primeiro destinado exclusivamente aos serviços de dedetização dos ambientes, e o segundo voltado à limpeza e higienização de caixas d'água.

Tal segregação justifica-se pela natureza técnica distinta dos serviços, os quais demandam metodologias, insumos, equipamentos e qualificações específicas, não sendo recomendável sua unificação em um único lote.

A divisão em lotes proporciona maior padronização da qualidade dos serviços prestados, uma vez que possibilita a contratação de empresas especializadas em cada área de atuação. Ademais, promove maior competitividade no certame, ampliando a participação de fornecedores aptos a executar cada objeto específico.

Sob o aspecto administrativo, a medida contribui para a facilitação da gestão e fiscalização contratual, permitindo melhor controle da execução, medição dos serviços e responsabilização das contratadas.

Por fim, a adoção de lotes distintos mitiga riscos operacionais, reduz a possibilidade de execução inadequada dos serviços e assegura maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A única contratação correlata/interdepende vislumbrada seriam os contratos de serventes de limpeza que estão vigentes.

11. REFERÊNCIA AO PLANO CONTRATAÇÕES ANUAL

A solicitação ora pretendida consta no Plano de Contratação Anual.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com a contratação do serviço de dedetização consistem na eliminação e no controle eficaz de vetores e pragas urbanas, como baratas, ratos, formigas, mosquitos, cupins e outros organismos que possam comprometer as condições de higiene e segurança dos ambientes utilizados pela Administração Pública.

Espera-se, com a execução adequada dos serviços, reduzir significativamente o risco de contaminação por possíveis agentes patogênicos, especialmente em locais sensíveis como cozinhas, despensas e áreas destinadas ao preparo e armazenamento da merenda escolar. A presença de pragas nesses ambientes pode favorecer a disseminação de bactérias, vírus e outros microrganismos prejudiciais à saúde, comprometendo a qualidade dos alimentos e colocando em risco a saúde dos estudantes, servidores e demais usuários das instalações públicas.

Além disso, a realização periódica dos serviços de controle de pragas contribuirá para manter condições adequadas de higiene e salubridade nos prédios públicos, prevenindo a proliferação de vetores transmissores de doenças e evitando danos estruturais em instalações, mobiliários e equipamentos.



Dessa forma, os serviços de dedetização proporcionam benefícios diretos à saúde pública, garantindo ambientes mais seguros e adequados para o preparo de alimentos, para o desempenho das atividades administrativas e para a utilização pela população em geral, especialmente em escolas, unidades de saúde e demais espaços de atendimento ao público. A medida também contribui para a promoção do bem-estar, da segurança sanitária e da qualidade dos serviços prestados pela Administração Municipal.

A adoção dessas providências também está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, especialmente ao ODS 3Saúde e Bem-Estar, que busca assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, e ao ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis, que visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Nesse sentido, a realização adequada de ações de controle de pragas contribui para a promoção de ambientes mais seguros, salubres e adequados para o desenvolvimento das atividades públicas e para o atendimento da população.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

Os impactos ambientais relacionados a prestação de serviços de controle de vetores e dedetização são irrisórios, pois trata-se de execução de serviços por empresas especializadas que devem seguir as regulamentações e normas ambientais.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

As providências a serem adotadas pela Administração Municipal antes da execução dos serviços deverão incluir a comunicação prévia e formal a todos os servidores que atuam nos locais onde será realizada a dedetização, informando sobre a data, horário e áreas que serão submetidas ao tratamento.

Tal medida tem como finalidade garantir a segurança dos servidores e demais usuários dos espaços públicos, evitando a permanência de pessoas nos ambientes durante a aplicação dos produtos utilizados no controle de pragas, bem como prevenindo possíveis exposições, contaminações ou outras situações imprevistas decorrentes da execução do serviço.

Além disso, a Administração deverá orientar os responsáveis pelos setores a adotar medidas preventivas necessárias, como a retirada ou proteção de alimentos, utensílios, documentos sensíveis e equipamentos que possam ser afetados pelos procedimentos de dedetização, assegurando que o serviço seja realizado de forma segura, eficiente e sem prejuízos às atividades administrativas.

15. ANÁLISE DE RISCO

A contratação de empresa especializada para a realização de serviços de dedetização nas dependências das Secretarias Municipais envolve alguns riscos que devem ser previamente avaliados pela Administração Pública. A identificação desses riscos permite adotar medidas preventivas para garantir que a execução do serviço ocorra de forma segura, eficiente e em conformidade com a legislação vigente.

Entre os principais riscos identificados estão possíveis atrasos na execução dos serviços, aplicação inadequada de produtos químicos, descumprimento de normas ambientais e sanitárias, exposição indevida de servidores ou usuários aos produtos utilizados, descarte incorreto de resíduos gerados durante o procedimento e falhas na eliminação completa das pragas e vetores.



Para mitigar esses riscos, é fundamental que a empresa contratada possua qualificação técnica comprovada, utilize equipamentos adequados, empregue profissionais capacitados e utilize Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) durante a execução dos serviços. Além disso, a empresa deverá seguir rigorosamente todas as normas ambientais, sanitárias e legais aplicáveis, garantindo também o descarte correto de resíduos conforme a legislação municipal, estadual e federal.

Outra medida importante é a comunicação prévia aos servidores que trabalham nos locais onde ocorrerá a dedetização, evitando exposição indevida e possibilitando a adoção de medidas de segurança durante a aplicação dos produtos. Também deverá ser exigido da empresa contratada a disponibilidade de canais de comunicação para atendimento durante o horário comercial, bem como o cumprimento dos prazos estabelecidos para execução dos serviços.

A adoção dessas medidas contribui para reduzir os riscos operacionais, sanitários e ambientais, assegurando que o serviço contratado cumpra sua finalidade principal, que é a eliminação de pragas e vetores, preservando a saúde dos servidores, usuários dos espaços públicos e a qualidade dos ambientes utilizados pela Administração Municipal.

Análise de Riscos

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Medidas de Mitigação
Atraso na execução do serviço pela empresa contratada	Médio	Médio	Estabelecer prazos contratuais claros e exigir comunicação prévia em caso de imprevistos.
Exposição de servidores ou usuários aos produtos químicos	Médio	Alto	Aviso prévio aos servidores, isolamento da área tratada e utilização de produtos autorizados pelos órgãos sanitários.
Aplicação inadequada dos produtos de dedetização	Baixo	Alto	Exigir profissionais capacitados e empresa especializada com qualificação técnica comprovada.
Não eliminação completa das pragas e vetores	Médio	Médio	Utilização de produtos de qualidade, técnicas adequadas e possibilidade de reaplicação quando necessário.
Descarte incorreto de resíduos gerados no processo	Baixo	Alto	Exigir cumprimento da legislação ambiental e comprovação do descarte adequado.
Utilização de produtos ou equipamentos inadequados	Baixo	Alto	Exigir certificações, registro dos produtos nos órgãos competentes e utilização de equipamentos apropriados.
Falta de uso de EPIs pelos profissionais	Baixo	Médio	Determinar obrigatoriedade do uso de Equipamentos de Proteção Individual durante a execução do serviço.
Falta de comunicação ou suporte da empresa contratada	Médio	Baixo	Exigir disponibilização de canal de atendimento durante o horário comercial.



16.DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita, mostra-se possível tecnicamente e fundamentalmente necessária.

- (X) SIM. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.
() NÃO. Retornar ao departamento técnico/operacional requisitante para a revisão do pedido.

APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições legais.

- Assinado e datado digitalmente pela Presidente da Comissão para Estudo Técnico Preliminar Portaria n.º177/2025, as Sras **Indianara Simeoni Vasselechen, Kauane Cristina Da Silva e Matheus Jean Camargo** Portaria n.º 480/2025.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 745D-BF3C-EB78-E49A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MATHEUS JEAN CAMARGO (CPF 098.XXX.XXX-65) em 15/04/2026 13:22:33 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



KAUANE CRISTINA DA SILVA (CPF 077.XXX.XXX-96) em 15/04/2026 16:53:19 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



INDIANARA SIMEONI VASSELECHEN (CPF 088.XXX.XXX-70) em 15/04/2026 16:57:56 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://candoi.1doc.com.br/verificacao/745D-BF3C-EB78-E49A>